

# O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Várias são as razões, tanto ao nível do empírico quanto do teórico, que levam o cientista social, em sua expressão mais ampla, a interessar-se pela análise da mudança social, mesmo porque toda a sociedade humana está sempre em constante transformação.

No caso brasileiro, especificamente, durante o período colonial, as distinções sociais se agravaram, notoriamente pela existência do regime escravista e da própria expropriação colonial, segundo a mentalidade particularista das classes dominantes. Em decorrência, as relações de classe são estamentais o que, de certa forma, reproduz o passado no presente, uma vez que a mentalidade conservadora que chegou aos nossos dias, no que tange ao exclusivismo e ao particularismo agrestes, nos faz ainda lembrar a problemática do colonizador X colonizado, e não a do empresário-capitalista X assalariado<sup>1</sup>.

Se a organização da sociedade é marcada, entre outros fatores, pelo dinamismo da própria mudança social, no caso do Brasil, os chamados “modelos” dessa organização social, sempre tiveram presentes as potencialidades sócio-dinâmicas, quer de diferenciação estrutural e funcional, quer da própria saturação histórica, já que o primeiro “modelo” que nos serviu de base para a organização da sociedade colonial envolveu uma superposição do padrão português do regime estamental à escravidão indígena e africana. A seguir, advém um outro “modelo”, originado da desagregação desse regime estamental, ao mesmo tempo em que se processava o desenvolvimento do capitalismo interno, sendo solapado pela co-existência do trabalho servil com o semilivre e o livre, a tal ponto que a ordem escravista, no caso brasileiro, foi convertida em fator de estratificação social, tal como a dominação senhorial.

(1) Sobre o assunto consultar, entre outros trabalhos: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional/USP, 1972, p. 273/511.

Com a abolição da escravidão no país, em 1888, sem que houvesse de fato qualquer processo de recuperação humana do negro ou mulato, as funções sociais passaram a ser focalizadas à luz dos requisitos econômicos, jurídicos e políticos da ordem social competitiva<sup>2</sup>. E, a partir de então, o consenso “democracia racial” é um constante, embora sem consistência, já que não houve condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre, e, em decorrência, da própria competição. Vem daí o porque do “protesto” negro assumir vulto, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, no sentido de lutar por condições de igualdade racial, sem que, no entanto, conseguisse sensibilizar o “branco”, e sem mesmo dinamizar qualquer mecanismo eficiente de democratização racial ao nível da renda, do prestígio social e do próprio poder.

Convém de igual modo lembrar que a ordem social competitiva não se impôs de forma semelhante em todo o Brasil, uma vez que, como o seu rápido desenvolvimento coincidiu com a expansão cafeeira e com o surto urbano-industrial do Sul do país, acabou mesmo por beneficiar as classes dominantes da população (que ocupavam o poder econômico-político), e, em escala menor, de início, aos imigrantes europeus.

Na medida em que entendemos a abolição da escravidão no Brasil como um movimento feito “pelo branco e para o branco”, já que o negro, sem condições de adaptar-se ao novo sistema de trabalho que lhe era imposto, face a economia urbano-comercial, viu-se espoliado, em súbita competição com o branco, significa dizer que, no fundo, o problema racial brasileiro é um “modelo” assimétrico de relações de raça, elaborado para regular o contato entre “senhor, escravo e liberto”. Daí a generalizada confusão feita em termos de Brasil, com relação à democracia racial e à tolerância racial, uma vez que a primeira significa, basicamente, a necessidade de haver igualdade social, econômica e política, o que em verdade não ocorreu, mesmo porque o padrão brasileiro de relação social foi construído com base em uma sociedade escravista<sup>3</sup>.

Quer, pois, nos parecer que o racismo sentido ao longo do tempo no Brasil é parte da herança social da escravidão, onde o relacionamento

(2) Acreditamos que o estudo de PINTO, Costa L. A. *O Negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, Ed. Nacional, s/d. (Col. Brasiliana, v. 276), cap. III, abre ainda proposta para revisar-se tal questão.

(3) Dada a complexidade e até mesmo contradições existentes sobre o assunto, lembramos que a entrevista publicada em *A Gazeta*, 22/VIII/1966 e reproduzida por Florestan Fernandes, J. R. Borges Pereira e Oracy Nogueira: “A Questão Racial brasileira vista por três professores”. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, USP, 1971, sempre é oportuna de ser analisada.

negro e branco era a base de escravo e senhor, tendo este último prerrogativas que o negro não possuía. Em verdade, a abolição da escravidão no país veio a contribuir para que o negro fosse relegado a uma condição de marginalidade<sup>4</sup>, uma vez que sem condições para enfrentar a vida nas grandes cidades.

Com isso estamos dizendo que a mobilidade havida dentro do sistema social vigente não organizou-se para o negro como uma realidade coletiva, até porque atingiu apenas alguns indivíduos de "cor", sem repercutir na alteração dos estereótipos negativos, nos padrões enfim que regem as relações raciais.

Poderíamos então nos indagar: e o que ocorre com o negro e mulato que conseguiram "ascender" socialmente? Para manterem esta posição, têm que enfrentar como que uma "crise" em seu próprio "meio", além de criarem um verdadeiro mecanismo de ostentação de *status* e de absolvição de novos padrões de vida. Todavia, o problema mais sério, quer nos parecer, é o de, na tentativa de igualar-se ao branco, ao nível de emprego e participação da renda, acaba o negro por romper o bloqueio de sua participação cultural para desfrutar desse novo ambiente que adentrou, muitas vezes ignorando que esse *status* é fictício, sem a real integração do branco a ele.

Claro que existem aqueles negros e mulatos que não se contentam, rejeitam mesmo esta "acomodação", não valorizam o branco por sua "cor", lutando para ficar no meio negro, em sua sociedade, querendo ser tratados como iguais, sem evasivas ou restrições. Daí o empenho desses elementos contra o racismo, camuflado em preconceito social, criando um novo tipo de competição com o branco, nos mais diferentes níveis da vida social.

Em verdade, as posições desvantajosas dos estoques negro e mulato na estrutura sócio-econômica, condicionam formas de participação cultural e de integração ao sistema de classes, que, antes de alterar suas posições, as perpetua uma vez que persistem os privilégios com profundas implicações sociais.

Desta forma cremos que a significação do racismo brasileiro é, em suas raízes, similar a dos demais racismos conhecidos; apenas, no Brasil, sua extensão social e sua gravidade em termos de atuação é que são menores, muito embora sua cristalização se dê através da prática de ações concretas

---

(4) "Marginalidade" é aqui entendida como situação social, independentemente da teoria da personalidade marginal. Portanto, todo elemento marginal (isolado ou em configuração com outros), existe na sociedade e porque existe essa sociedade. Para maior esclarecimento a respeito, consultar PEREIRA, Luiz (org.). *Populações "Marginais"*. São Paulo, Livr. Duas Cidades, 1978 (Coleção História e Sociedade).

diversas. Entretanto, insistimos: sua existência é negada pela utilização de afirmações retiradas da idéia de que é harmonioso o convívio entre os diversos grupos raciais, Cor e raça tendem a ser omitidos como estímulos de uma ação discriminatória, embora eles sejam componentes de peso nos critérios geradores das ações. A negação sistemática da existência do racismo permite a minimização dos componentes cor e raça nas relações sociais.

O fato de a democracia racial já vir sendo desmentida desde a década de 1950 não impede que existam afirmações de que o racismo não existe. Assim, a prática racista real, pela manifestação do preconceito de cor e discriminação racial, permuta-se numa ação que pode ser vista como normal e não discriminatória.

Merece destacarmos que entre os extremos da escravidão moderna e o **apartheid**, em que cristalizou-se a teoria da inferioridade dos povos não brancos e onde especificamente a vítima é o homem negro, houve e há muitos espaços que tipificam a prática discriminatória por critério racial e de cor, atingindo com diversas colorações populações das mais variadas, como é o caso, por exemplo, das discriminações sofridas por negros e mestiços de negros, onde quer que o branco seja dominante.

O preconceito racial, em si, não é prejudicial ao grupo racial não branco visto preconceituosamente pelo branco. Acontece, porém, que não se pode desvincular a prática da teoria, e, nesse sentido, a prática discriminatória está antecedida pelo preconceito e a primeira é uma cristalização do segundo. Por isso, algumas vezes pode até parecer a muitos negros e mestiços que a culpa de sua condição histórica cabe a eles próprios. Aquilo que poderia ser visto como decorrência, é visto como causa.

Enquanto grupo organizado, classe dominada contra dominante e disposta a permanecer no poder, os negros e mestiços vêm desenvolvendo a consciência de classe ou grupo dominado e, como tal, podendo evidenciar os mecanismos de exploração a que são submetidos. Daí o que se observa muitas vezes é que, individualizados, podem ser envolvidos pela ideologia (do branqueamento, da democracia racial, da inferioridade, etc.) e, em dominados ideologicamente, não percebem a prática discriminatória como tal.

Por outro lado, embora a legislação tenha por objetivo impedir a prática discriminatória, não podemos nos esquecer que leis não impedem o preconceito, a alienação. Em outras palavras, isto quer significar que as leis são dirigidas no sentido de tentar impedir apenas uma continuidade da prática discriminatória, ficando, desta forma, encobertos os processos que engendram a prática referida. Assim, o preconceito enquanto alienação,

fruto da ideologia de dominação dos indivíduos e da exploração de classe, fica imune à ação da legislação.

No Brasil a questão cor vem dinamizando e determinando comportamentos racistas desde a época Colonial, tendo passado já pela exterminação dos afro-brasileiros, pela corrente favorável ao branqueamento através da miscigenação, pela noção de “democracia racial” à de tolerância racial. Todavia, cremos que o conteúdo essencial da questão da discriminação racial do negro no Brasil encontra-se no aspecto ideológico primeiro da dominação colonialista - o eurocentrismo. Assim,

*“a acumulação de preconceitos contra a população negra, mestiça ou indígena, é uma tentativa de solução, por parte do branco, da inferiorização de que ele também é vítima, enquanto colonizado. Um dos recursos mais evidentes na busca de tal solução é, de modo global, o investir o papel de colonizador em relação à população marginalizada economicamente (os pobres todos), socialmente (os mulatos claros), racialmente (os negros e os índios) e fenotipicamente (os mestiços todos)”<sup>5</sup>.*

Desta maneira o racismo é uma manifestação presente em todas as camadas sociais, uma vez que, pelo processo de introjeção estas assimilam os preconceitos difundidos pelas camadas dominantes. Daí cremos existir uma união entre a exploração econômica e a ideológica, o que torna mais complexa a luta do negro, como minoria discriminada, uma vez que tem a conquistar um espaço dentro do contexto social buscando ter representatividade na atividade privada, pública ou oficial.

Também a emancipação do negro passa pela questão do reconhecimento da própria discriminação que existe e não é admitida, pela luta contra o racismo não explícito, bem assim contra as idéias que pregam a submissão do negro ao branco como algo lógico e irreparável. Entretanto, a situação no país altera-se um pouco, principalmente se levarmos em conta o que nos dias de hoje ocorre em Salvador, Bahia, quando, a começar pela falsa imagem multirracial que alguns insistem em apontar, constatamos que a situação das relações raciais é neste Estado brasileiro praticamente única, no sentido de que o preconceito e a discriminação raciais lá não se verificam

(5) TEODORO, Maria de Lourdes. “A intensidade do branco no espectro das cores (estudo da atitude do branco brasileiro para com os demais grupos étnicos). *Afrodíaspóra*, Rio de Janeiro, 2(3), out. 1983, jan. 1984.

apenas da parte dos brancos contra os negros mas, de igual modo da parte dos negros contra os brancos, estes últimos em franca minoria na capital baiana.

Parece-nos que o que realmente distingue as relações raciais em Salvador das demais áreas culturais brasileiras é que as desigualdades entre brancos e negros deixaram de ser vistas apenas pela diferença de classe, fazendo com que a cultura negra assumisse seu lugar.

Com isso não estamos querendo dizer que as diferenças ideológicas hajam desaparecido entre as várias entidades negras existentes em Salvador, mesmo porque a interferência dos brancos continua presente e, uma vez mais, dificultando o encontro da identidade negra, propiciando o descrédito da atuação dos negros, permitindo o desentendimento entre eles e a sua própria comunidade.

Todavia, o que nos parece mais sério a ser refletido é que o mito de que o Brasil é uma democracia racial, em que o “dinheiro pode embranquecer”, criou a impressão errônea de que a questão dos negros neste país é radicalmente diferente e menos sinistra do que nos Estados Unidos. Claro que as diferenças existem a começar historicamente. Também, o fato de que entre os norte-americanos o racismo é às claras, a comunidade negra é solidária, organizada e, com isso, tem condições de oferecer possibilidades de trabalho dentro da própria comunidade. Enquanto isso, no Brasil, a cooperação entre os negros ainda é diminuta, muito embora os grupos negros que vêm trabalhando para a libertação da opressão e exploração deles, estejam tentando reconstruir a personalidade coletiva do negro, de sua auto-imagem e, por extensão, da sua identidade sócio-cultural-econômica.

Em verdade foi a partir dos anos de 1970, fortemente influenciado pela libertação de Angola e Moçambique e pela luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, que apareceu no Brasil o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU). A partir daí foram criados vários grupos ou núcleos do MNU em estados e cidades do interior do país, com o intuito primordial de ser um instrumento de luta contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. De igual modo, denunciaria a discriminação e as péssimas condições de vida da comunidade negra brasileira.

Realmente nestes últimos vinte, vinte e cinco anos, pelo menos dois aspectos marcam as conquistas anti-racistas: a consolidação de uma nova identidade racial e cultural do negro e a autoafirmação de elites negras, se bem que restritas, significativas no caminhar dessas reivindicações o que,

aos poucos, vai formando no negro não apenas uma consciência das suas condições no país, como também das relações de raça e cor<sup>6</sup>.

Parece-nos, contudo, que os movimentos intelectuais negros dos últimos cinquenta anos acabaram por pregar a imitação dos costumes burgueses brancos, numa tentativa de encontrar a dignidade social. E, só recentemente é que podemos dizer que as comunidades negras estão com características próprias em sua maneira de buscar coesão e expansão.

Constatamos que, embora a crença geral nos fundamentos biológicos para o racismo esteja esvaziada novas formas de concepção do "outro" foram surgindo; e, o "outro", ficou sendo aquele estranho, diferente não apenas na aparência, mas também no valor, nas crenças, no estilo de vida, na posição social, etc.. Desta maneira, o racismo na sociedade brasileira é tão implícito nas concepções de relações sociais, que seus protagonistas acabam por não se sentirem racistas, sendo que, por vezes, os próprios negros assimilam sentimentos contrários à raça negra. Daí a importância de se conhecer e reconhecer o que é o racismo no Brasil, quais suas formas de sutileza, para que haja, com efeito, uma transformação real nas relações raciais, e, com isso, os negros deixem de confundir as causas sociais de sua lenta ascensão, com supostas causas de incapacidade natural.

Esse sentimento, acrescido aos comentários e piadas de mau gosto sobre o negro, demonstram a falta de respeito da sociedade para com ele; assim, é comum ouvir-se:

“Quando o preto voa?

Quando cai da construção.

Quando o preto anda de carro?

Quando vai preso.”

Claro que tais “falas” representam atitudes discriminatórias que veiculam imagens negativas sobre o negro, refletindo não uma situação imaginária, mas, real. Daí, não podermos admitir a existência no Brasil de uma “democracia racial”, uma vez que inexiste a igualdade das raças. A insistência de que ela existe “ajuda” a controlar a população negra, evitando situações de violência visíveis..., ou mais visíveis...

Com isso a dificuldade do negro sentir que a sua questão não é apenas um problema de raça, mas também de classe, uma questão política, que exige ser trabalhada para combater o racismo. A tarefa não é fácil,

(6) CARDOSO, Hamilton e outros. *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo, Cortez Ed., 1977, p. 86 e seguintes.

basicamente por permanecer a desunião dos grupos negros, a distancia entre a grande massa e os ainda poucos militantes negros, pelo discurso dessa militância ser, em geral, desvinculado do cotidiano da maioria negra, resultante das diferenças de escolaridade, além da própria visão da militância com relação à questão racial.

Outro aspecto ainda a ser considerado é que o Brasil conta com a influência do negro em todos os setores de suas manifestações culturais, até mesmo na maneira mística de encarar o mundo; no entanto, apesar de ser um país basicamente negro em toda a sua essência, sua estrutura está em função de uma ideologia branca, que aliena seu povo, permitindo a continuidade do racismo - uma forma de escravidão moderna - que impede as pessoas de compartilharem dos bens sociais, de atingirem um pleno desenvolvimento pessoal e coletivo.

Em verdade, concordamos com a afirmação de Jaime Pinsky<sup>7</sup> de que inúmeros preconceitos que até hoje envolvem o negro no Brasil, tem sua origem na escravidão, mesmo porque foram passados através das gerações. Assim, entre outros, lembramos a idéia predominante em nossa cultura de que são eles indolentes, displicentes e promíscuos.

Ora, numa análise acurada constatamos, ao longo do processo histórico, a inverdade desses "mitos" que apenas recentemente começaram a ser discutidos de forma ampla, para um entendimento do papel do negro em nossa sociedade, fazendo com que, aos poucos, aquele sentimento de inferioridade, aquela sensação de não ser igual ao outro, vá desaparecendo. Nesse sentido, a participação cultural do negro, ainda pequena na literatura, mas intensa na música (sobretudo a popular), vem representando um espaço significativo devido a sua audiência em massa, para a transmissão da mensagem de conscientização.

Assim, composições de uma geração de artistas - cantores - caso de Gilberto Gil, Martinho da Vila e Jorge Ben (Benjor), entre outros - refletem a crescente conscientização afro-brasileira ao lado de um misticismo apoiado nos negros, refletindo o desejo deles de criar seus próprios termos de integração sócio-cultural, não querendo mais serem falsamente assimilados pela civilização branca.

Finalmente, queremos então dizer que a sociedade brasileira ainda não reconheceu o lugar do negro. Por outro lado, as dificuldades do movimento negro continuam pela ausência de base popular, fazendo com que

(7) PINSKY, Jaime. "Mitos da escravidão no Brasil". *Salve* 13 de maio?, São Paulo, n° único: 12-13, maio 1988.

suas manifestações sejam apenas ruidosas e solitárias, e não uma prática política, o que deixa em aberto (por quanto tempo?,...) a problemática negra e do negro, para a qual não foi encontrada solução definitiva, ou melhor dizendo, o negro não conseguiu ainda ser sujeito da História. Daí a complexidade persistente nos dias atuais, onde ele procura redimensionar e consolidar sua identidade para definitivamente reconquistar sua dignidade, apesar de lhe perdurar as condições inferiores de educação, de saúde e de trabalho.